



Disciplina: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM ESPAÇOS RURAIS

OBJETIVO:

O propósito da disciplina é apresentar ao discente a ciência da legislação mediante a apreensão de noções básicas sobre o processo legislativo e a hierarquia das normas jurídicas no direito brasileiro, com ênfase no conhecimento de técnicas de elaboração e redação legislativa, objetivando, assim, capacitar o discente para a leitura, compreensão e construção de instrumentos jurídico-normativos.

EMENTA:

Federalismo brasileiro e competência de legislar dos entes federativos. Noções de Processo Legislativo. Lei Ordinária. Lei Complementar. Medida Provisória. Decreto. Resoluções. Hierarquia das espécies normativas. Introdução à Legística. Legística Formal. Legística Material. Técnicas de redação legislativa. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Decreto Federal nº 4.176, de 28 de março de 2002. Estruturação, articulação, redação e alteração das leis. Projeto de lei e justificção. Ferramentas de busca de leis e atos normativos.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Manual de redação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.** Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5684> [acesso em 30 jun. 2017].

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República.** Brasília: Presidência da República, 2ª edição, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm [acesso em 30 jun. 2017].

CONGRESSO INTERNACIONAL DE LEGÍSTICA. **Legística: qualidade da lei e desenvolvimento.** Anais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2009.

CRISTAS, Assunção. **Legística ou a arte de fazer bem as leis.** In: Revista CEJ, Brasília, n. 33, p. 78-82, abr./jun. 2006.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro Interpretada.** São Paulo: Saraiva, 18ª edição, 2013.

DUARTE, David; PINHEIRO, Alexandre Sousa et al. **Legística: perspectivas sobre a concepção e redação de actos normativos.** Almedina: Coimbra, 2002.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Do Processo Legislativo.** São Paulo: Saraiva, 7ª edição, 2012.

LEAL, Victor Nunes. **Técnica Legislativa.** In: Problemas de Direito Público. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

_____. **Classificação das Normas Jurídicas.** In: Problemas de Direito Público. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

LE MAY, Denis. **Pour un manuel de légistique. Les Cahiers de droit,** vol. 21, nº 3-4, 1980. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/cd1/1980-v21-n3-4-cd3746/042416ar/> [acesso em 30 jun. 2017].



MENDES, Gilmar Ferreira. **Questões Fundamentais de Técnica Legislativa**. In: Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, IBDP, n. 11, set. out. nov. 2007. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/artigo/gilmar-mendes/questoes-fundamentaisde-tecnica-legislativa> [acesso em 30 jun. 2017].

PENNA, Sérgio F. P. de O. **Técnica legislativa: orientação para a padronização de trabalhos**. Brasília: Senado Federal, 2002.

RAMOS, André de Carvalho; GRAMSTRUP, Erik Frederico. **Comentários à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 9ª edição, 2014.

SILVEIRA, Antônio Barbosa da. **Manual de redação parlamentar. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**, 3ª edição, 2013. Disponível em: https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/cartilhas_manuais/arquivos/manual_parlamentar.html [acesso em 30 jun. 2017].

SOARES, Fabiana de Menezes. **Legística e Desenvolvimento: a qualidade da lei no quadro da otimização de uma melhor legislação**. Cadernos da Escola do Legislativo, v. 9, p. 7-34, 2007.

URBANO, Hugo Evo Magro Corrêa. **Processo legislativo e qualidade das leis: Análise de três casos brasileiros**. In: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná, Curitiba: MPPR, ano 1, nº 1, dez. 2014, p. 123-157. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mppr/revista_juridica_mppr_n01_2014.pdf [acesso em 30 jun. 2017].